

rumos da luta

um jornal a serviço da classe operária e camponesa

"Os fatos da democracia não devem fazer-nos perder a vista da circunstância, frequentemente negligenciada pelos democratas burgueses, que nos países capitalistas as instituições representativas inevitavelmente cedem lugar para formas específicas aonde o capital exerce sua influência sobre o poder estatal". (V.I. Lenin)

Uma publicação da Célula Comunista de Trabalhadores (CCT) e da União Reconstrução Comunista (URC) rumosdaluta@gmail.com Número #17 SETEMBRO/2022

Pela Revolução Brasileira Contra a Farsa Eleitoral

Leia o Editorial na página 2



OS PROBLEMAS DO BRASIL CONTINUARÃO. O problema para o proletariado e demais classes exploradas, é que as contradições do capitalismo contemporâneo obrigam, para aqueles que não querem romper com este sistema econômico e social, ao aprofundamento de medidas que eliminam os direitos sociais e trabalhistas e aumentam as privatizações. Os dois blocos, o que se articula em torno de Bolsonaro e a esquerda da ordem aí estão para manter a situação como está. Leia mais na página 3

A abstenção eleitoral e a justa insatisfação na América Latina

Leia o artigo na página 5

Aprendizagem ou mecanismo de exploração do trabalho?

SINDICAL página 4

O “Mariguella” de Wagner Moura

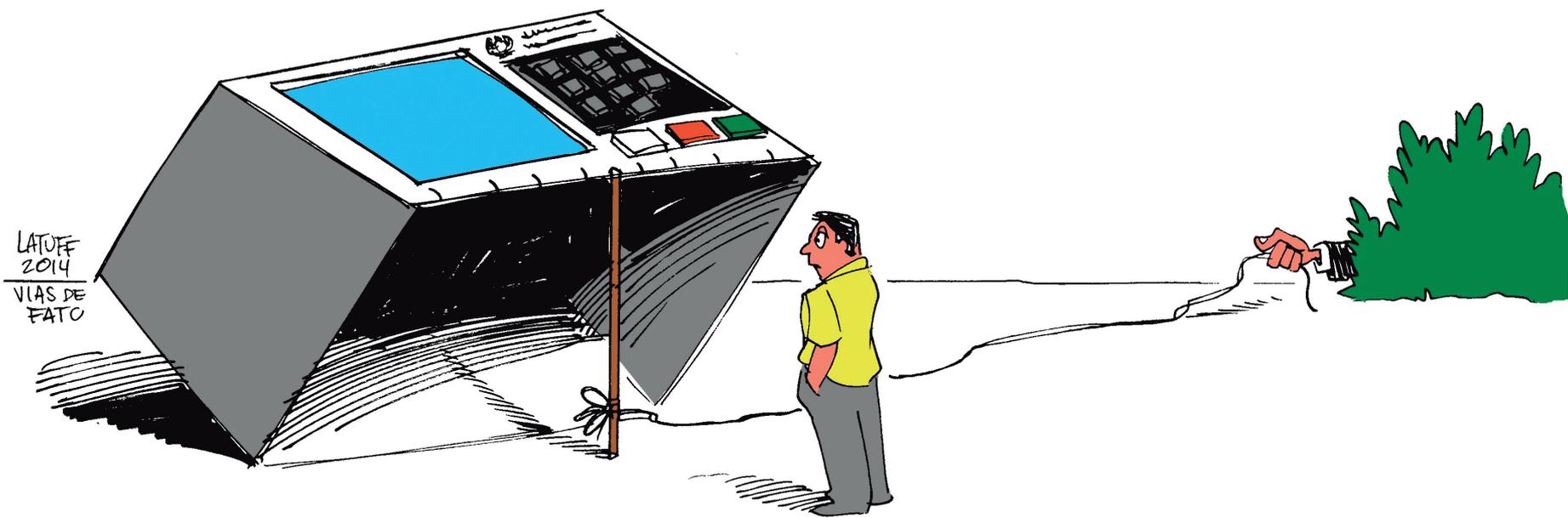
CULTURA página 6

A conquista do voto feminino no Brasil

MULHERES página 7



LEIA NA PÁGINA 8



PELA REVOLUÇÃO BRASILEIRA: CONTRA A FARSA ELEITORAL

1

A correlação de forças na sociedade brasileira permanece favorável à burguesia na atual conjuntura. Por isso ela tem conseguido, como ocorreu nos dois últimos anos, resolver a crise do capitalismo brasileiro fazendo o proletariado e as demais camadas exploradas do povo pagarem a conta.

2

Apesar da gravidade cada vez maior da crise social exposta nas ruas, a burguesia vem aprovando medidas que restringem ainda mais os direitos trabalhistas e sociais porque o proletariado não consegue reagir como classe a tais ataques. A burguesia está unida em torno dos objetivos de limitar ao máximo os serviços públicos e os direitos trabalhistas e previdenciários, para liberar recursos à remuneração do capital especulativo através da dívida pública e outros mecanismos. Para isso conta com seu Estado, incluindo aqui seus partidos e sindicatos, não apenas os partidos de direita, mas também os partidos da esquerda da ordem e não apenas os sindicatos patronais, mas também sindicatos de trabalhadores.

3

A potencial força numérica do proletariado encontra-se desorientada pelo retrocesso em sua consciência de classe. Alguns partidos, destacadamente o PT, o PC do B e o PSOL e suas correntes sindicais atuam no sentido de criar uma enorme confusão em nossa classe, defendendo propostas favoráveis à burguesia em governos, parlamentos e no próprio movimento sindical. A resistência proletária e popular no Brasil tem sido sistematicamente desarticulada pela esquerda da ordem, que esvazia o potencial combativo das lutas, encaminhando-as para os parlamentos e submetendo-as ao calendário eleitoral burguês.

4

O peso do desemprego e suas consequências, aliados aos problemas anteriormente citados, empurra a massa trabalhadora

para a busca da sobrevivência e a afasta da luta por saídas coletivas e organizadas. A ação do reformismo, com sua visão identitarista, sexista e focalizada dos problemas sociais, dificulta às classes exploradas desenvolverem uma compreensão classista dos problemas que lhe afetam, de como as questões de gênero, raça e outros direitos básicos só podem ser resolvidas a partir de uma concepção marxista, do contrário dificulta-se sua coesão para enfrentar a burguesia a partir de seus próprios interesses. A ação das forças da esquerda da ordem, em governos e parlamentos as desmoralizam ainda mais e facilita o trabalho da direita reacionária que denuncia suas contradições e seu cada mais vez evidente oportunismo aos olhos do povo.

5

Denunciamos a postura diversionista da esquerda da ordem em sua tática centrada na palavra de ordem “Fora Bolsonaro”, que tem apenas o objetivo de desgastar o presidente, mas não buscar enfrentar e barrar as políticas que o presidente implementa, a serviço do grande capital, que são, no essencial, as mesmas políticas aplicadas por estes partidos, onde eles governam. Essa mesma postura se manifestou na greve do funcionalismo municipal de São Paulo em 2021, nas ações de partidos e sindicatos que não queriam impedir a aprovação dos ataques. Queriam apenas algumas manifestações, para fazerem campanha eleitoral. Nestes últimos meses, verificamos tal postura em novas greves do funcionalismo público em Minas Gerais, Goiás e outros Estados, além da greve dos metalúrgicos da CSN, que poderiam ter impulsionado uma resistência maior aos ataques dos governos. Mas isso não interessa às organizações que controlam o movimento operário e popular no Brasil.

6

A tática burguesa tem tido êxito até o momento e tudo indica que a evolução da situação política brasileira mantenha a luta

de classes em patamares aceitáveis para as classes dominantes, com a eleição presidencial de 2022 tendo Lula e Bolsonaro como principais candidatos.

7

Há, no entanto, um saudável sinal de descontentamento na sociedade brasileira, evidenciado, apesar de todos os problemas aqui mencionados, nas lutas de resistência. Tivemos, de acordo com dados do DIEESE, 721 greves no Brasil no ano de 2021, sendo mais de dois terços no setor privado. A abstenção eleitoral crescente também demonstra tal descontentamento.

8

Tais elementos da conjuntura brasileira, colocam a necessidade e a possibilidade de construir a unidade das lutas proletárias e populares. Com base neles, devemos elaborar uma orientação tática revolucionária.

9

Devemos contribuir para a criação de condições subjetivas para um levantamento nacional dos trabalhadores da cidade e do campo. Uma mobilização para enfrentar e barrar os ataques em curso e que abra o caminho para a conquista de um governo que faça as reformas necessárias para a efetiva melhoria das condições de vida dos trabalhadores da cidade e do campo: trabalho com direitos, na cidade e no campo, para todos os trabalhadores, reforma agrária, concursos públicos para resolver os problemas nas áreas da Saúde e da Educação e demais setores do serviço público.

10

A conquista de um governo que avance na direção acima apontada não passa pela aceitação passiva do jogo de cartas marcadas das eleições democrático-burguesas. Passa pela luta organizada dos trabalhadores, que pode e deve ser impulsionada também no período eleitoral, com a denúncia do seu caráter farsesco nas atuais condições da luta de classes no Brasil.



Os problemas do Brasil continuarão

As eleições de 2022 vão se aproximando, com um aprofundamento dos seus aspectos farsescos. Nenhum dos grandes problemas que afetam o povo trabalhador são seriamente tratados pelos partidos e candidatos que aparentemente “polarizarão” a disputa.

A política econômica aplicada por Bolsonaro e Guedes, em essência, é a mesma que vem sendo praticada desde a criação do Plano Real, baseada em superávit primário, câmbio flutuante e metas inflacionárias. É verdade que o contingente de pessoas vivendo em condições miseráveis aumentou a olhos vistos, consequência das crises cíclicas do capitalismo. As políticas compensatórias do tipo Bolsa-família não são suficientes para conter os efeitos dessas crises. No fundamental, tais políticas compensatórias também foram mantidas pelo governo de Bolsonaro.

O problema para o proletariado e demais classes exploradas, é que as contradições do capitalismo contemporâneo obrigam, para aqueles que não querem romper com este sistema econômico e social, ao aprofundamento de medidas que eliminam os direitos sociais e trabalhistas e aumentam as privatizações. Os dois blo-

cos, o que se articula em torno de Bolsonaro e a esquerda da ordem aí estão para manter a situação como está.

Uma onda inflacionária, uma das componentes da crise em curso, atinge o mundo capitalista. Para tentar contê-la, no Brasil, o Banco Central aumenta sistematicamente a taxa de juros básica. De acordo com matéria publicada no boletim da AEPET de 30/06/22: “Cada 1 % de aumento da taxa de juros (Selic) tem um custo de 34,9 bilhões por ano nos juros da dívida. Como o Banco Central subiu a Selic de 2 % para 13,25 % ao ano, esse gasto extra já é de quase R\$ 400 bilhões, calcula a Auditoria Cidadã da Dívida”.

Comparemos esses gastos com o orçamento do Ministério da Educação, que é de R\$ 159 bilhões. Vemos claramente nessa comparação que o que é gasto com os juros e serviços da dívida é bem mais que o dobro do que o governo federal gasta com a Educação. Dessa forma, fica demonstrado que o discurso de que a Educação é prioridade no Brasil é mais um aspecto da farsa em que vivemos.

Para dificultar a reorganização política revolucionária do proletariado brasileiro, a burguesia vem se utilizando dos dois

blocos políticos acima citados. Bolsonaro critica as urnas eletrônicas, a esquerda da ordem fala em golpismo. As mentiras menores ajudam a encobrir a mentira maior, a “alternância no poder”. Com qualquer desses blocos no governo, quem detém o poder, de fato, é a grande burguesia brasileira, aliada desde sempre ao imperialismo.

Uma orientação tática revolucionária deve denunciar esse embuste, levando os trabalhadores a lutar por uma saída da crise que atenda aos nossos interesses de classe. Junto a essa denúncia, é necessário levar adiante campanhas para conquistar a redução da jornada de trabalho sem redução de salários, pela defesa e ampliação dos serviços públicos, e outras medidas capazes de resolver os problemas que afetam as maiorias nacionais.

É no desenvolvimento dessas tarefas que se reconstruirão as organizações políticas e sindicais efetivamente comprometidas com a luta sindical classista dos trabalhadores pela melhoria das condições de vida, vinculada à luta pelo socialismo e pelo comunismo. Portanto, é nesse processo que reconstruiremos também o partido revolucionário do proletariado em nosso país.

rumos da luta

um jornal a serviço da classe operária e camponesa

APOIE O JORNAL RUMOS DA LUTA!

Para viabilizar os custos do nosso jornal, desenvolvemos um processo de assinaturas únicas de apoio, no valor de R\$ 100 (cem reais), com a qual você passa a receber mensalmente em sua casa um exemplar e assim também contribui com o desenvolvimento da nossa publicação.

Se você tiver interesse em assinar e nos apoiar, envie um e-mail para rumosdaluta@gmail.com ou pelo site www.novacultura.info/jornal

Aprendizagem ou mecanismo de exploração do trabalho?



O processo de formação nacional soberana passa, também, pela garantia de formação qualificada e emprego digno para a juventude proletária brasileira. É impensável a possibilidade de uma nação verdadeiramente independente que não garanta, ao conjunto de sua população, condições dignas de viver e se desenvolver enquanto povo, em forma de democracia ampliada, proletária e autônoma. No entanto, os programas de emprego e formação no Brasil visam somente garantir a absorção – por meio do mercado de trabalho – de mão de obra barata que viabilize uma maior lucratividade para o capitalista e, também, diminua as tensões de um problema crônico do capitalismo, o desemprego. Neste contexto, indicamos a leitura de documentos como o intitulado “Medida Provisória nº 1.116 e Decreto 11.061: a proposta do governo federal de incentivo à contratação de jovens por meio da aprendizagem profissional”, do DIEESE, como meio de nos informar sobre as manobras anti-povo promovidas pelo velho Estado burguês-latifundiário brasileiro, atualmente sob a gestão do corrupto Bolsonaro.

No dia 4 de maio de 2022, o governo Bolsonaro lança mão de mais um ataque ao conjunto da classe trabalhadora, nesse caso, a nossa juventude. Propõe a criação do Programa Emprega + Mulheres e Jovens, por meio da Medida Provisória 1116/2022. O programa tem por objetivo “incentivar” à contratação de jovens através do processo de aprendizagem profissional, compondo, assim, o “Projeto Nacional de Incentivo à Contratação de Aprendizês”. Somado a isso – e sob a “justificativa” de se fazer cumprir a obrigação de contratação, por parte das empresas, de jovens aprendizes, respeitando uma variação entre 5% e 15% do quadro de funcionários – por meio do decreto 11.061, com a mesma data da MP, alterou-se a regulação de como se contrata esses jovens, já prevista Lei 10.097/2000 e na Consolidação das Leis do Trabalho (CLT).

O Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), por meio da Pesqui-

sa Nacional por Amostra de Domicílios – PNAD, constatou que a taxa de desocupação entre jovens de 14 a 17 anos era de 37,2%, isso no primeiro trimestre de 2021; no que diz respeito a faixa de 18 a 24 anos, no mesmo período, era de 22,8%, se comparado a taxa nacional de desocupação em período equivalente, é de 11,1%.

A “justificativa” dada pelo governo corrupto de Bolsonaro é a mesma que escutamos há anos nos telejornais das mídias burguesas. A de que falta formação profissional, escolaridade e qualificação. No entanto, sabemos, também, que as taxas explicitadas nos descrevem, tão somente, a incapacidade do velho Estado burguês-latifundiário – no contexto de uma semicolônia – de absorver, da forma devida, esse potencial jovem para aplicar em nosso desenvolvimento nacional.

Chamam-nos atenção algumas alterações mais sensíveis – uma vez que o próprio caráter desse texto não dará conta de todo o debate que se faz necessário para uma questão deste tamanho. A MP altera – de maneira mais regressiva – a forma de contratação e quais setores de entidades e ONGs esse processo pode ser realizado. De acordo com o DIEESE, a flexibilização das relações de aprendizagem do jovem aprendiz torna-se evidente quando a MP promove a “inclusão de microempresas ou empresas de pequeno porte e entidades religiosas, sem nenhuma menção a reconhecimento e/ou habilitação necessários para desenvolver atividades de aprendizagem”, por meio do critério de contratação indireta. O que, por si, é um convite a violação de direitos de nossa juventude trabalhadora, sobretudo o direito da proteção integral, conforme o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) coloca. Isso na medida em que a MP não deixa cristalino os critérios que regulamentam essas microempresas ou empresas de pequeno porte, bem como as entidades religiosas para se colocarem aptas ao desenvolvimento de atividades que viabilizem a aprendizagem.

Outro ponto que devemos destacar da MP, é a alteração do artigo 432 da CLT

que, antes, definia que a carga horária de trabalho do(a) aprendiz não poderia exceder seis horas diárias, com exceção do processo de aprendizagem teórica que, em alguns casos, poderia chegar a uma jornada de 8 horas. Com a Medida Provisória nº 1.116 muda sensivelmente esse contexto anterior. A MP determina um limite de até 8 horas diárias trabalhadas para aprendizes que já concluíram o ensino médio, contudo não soma a essa carga horária o período destinado a aprendizagem teórica. O que, por sua vez, abre margem para intensificar a exploração do trabalho desses jovens, sob um contexto de rebaixamento salarial. Para completar, o trajeto entre onde se dará a formação teórica da aprendizagem e a empresa onde se efetiva o trabalho não entrará como jornada diária de trabalho.

São dois pontos que atacam frontalmente os direitos da classe trabalhadora jovem de nosso país, seja não garantindo a segurança necessária a sua integridade nos processos de contratação e, em casos mais agressivos, impondo a terceirização da contratação, da logística de trabalho e da própria relação do(a) aprendiz com a empresa sendo mediado por outra empresa/entidade terceira. Seja na intensificação da exploração do trabalho por meio do aumento substantivo da carga horária trabalhada e, assim, criando as condições para que se desvirtuem ainda mais o processo de aprendizagem da sua principal finalidade (na letra fria e morta da nossa Constituição) – que já enfrentava problemas – que é a formação profissional de pessoas e a garantia de uma vida digna.

Sendo assim, de acordo com o próprio DIEESE, mas muito evidente para qualquer um que observar o que é o programa de aprendizagem no Brasil, tais alterações promovida pelo corrupto e anti-povo da vez, o Bolsonaro, só estabelece relações de trabalho e “aprendizagem” que favoreçam apenas aos patrões que, feitos parasitas que são, se aproveitam das condições favoráveis que a lei de aprendizagem oferece para garantir margens cada vez maior de lucros para si.



A abstenção eleitoral e a justa insatisfação na América Latina

Nas últimas eleições presidenciais brasileiras, foi batido o recorde de abstenções e votos nulos, superando a eleição anterior de 2014. Foram mais de 10 milhões de votos nulos e brancos, enquanto quase 30 milhões de eleitores não compareceram às urnas, um nível de 20,3%, ficando atrás somente do registrado em 1998.

O reacionário vencedor do pleito, Jair Bolsonaro, recebeu somente 33,4% dos votos no primeiro turno, considerando todos os eleitores que estavam aptos a votar naquele ano: ele recebeu 49 milhões de votos de brasileiros para um total de 147,3 milhões eleitores. No segundo turno, ele foi eleito com apenas 39% do total, com 57 milhões de votos. Olhando os números de uma forma mais atenta, ao contrário do que nos é empurrado pela grande mídia, vemos que mais de 90 milhões de eleitores não apoiaram Bolsonaro, o que nos faz perceber que a tal da legitimidade absoluta que seria oriunda do voto do povo não passa de mais uma das mentiras que nos vendem caro.

E nos países vizinhos o cenário também não é diferente. Os números finais das eleições também demonstram a insatisfação geral dos povos com a disputa eleitoral burguesa.

Na recente eleição na Colômbia, o candidato Gustavo Petro, apresentado com verniz de “esquerda”, mas que já na primeira entrevista garantiu que não atacará o sagrado direito da propriedade privada e que quer “desenvolver o capitalismo na Colômbia”, foi eleito em uma disputa com larga abstenção: 41,83% dos colombianos não foram votar.

A eleição realizada no Chile no ano passado também apresentou números consideráveis. Apesar da celebração de ter sido a eleição com maior adesão em 30 anos, ainda não conseguiu mobilizar pouco mais

da metade do povo chileno, cuja insatisfação é justa diante do peso da política neoliberal aplicada no país desde Pinochet até o momento atual de “democracia”.

Não à toa, o governo do presidente eleito Gabriel Boric tratou de, logo nos seus primeiros passos, deixar claro que tudo permaneceria como está. A sua falta de empenho em defesa da Nova Constituição reprovada no plebiscito há semanas e seu alinhamento aos interesses de Washington atestam tal fato.

Nas eleições gerais peruanas em 2021, o descontentamento daquele povo também se manifestou nas urnas. Em uma eleição que opôs mais um nome de aparência “esquerdista”, Pedro Castillo, e a filha do criminoso ex-presidente Alberto Fujimori, quatro entre cada 10 peruanos não votaram. Mais de 6,6 milhões de eleitores do Peru se negaram a participar do jogo da “democracia burguesa” em um país que desde 2016 já derrubou 3 presidentes e dissolveu o parlamento nas disputas intraburguesas locais.

Cenários parecidos iremos encontrar se analisarmos as últimas eleições em outros países latino-americanos, ou mesmo países em situação semicolonial como a nossa, na Ásia e na África. Ou ainda mesmo em países centrais da Europa os números de votos nulos e abstenções não são muito menores dos que os citados.

Mas ao contrário do que o senso comum possa perceber, tais números não sinal de falta de cidadania ou responsabilidade de homens e mulheres desses países, mas sim reflexo imediato do descrédito da chamada “democracia burguesa” que se amplia a cada ano que passa. Todas as promessas feitas pelo Estado Democrático de Direito estão caindo por terra diante da dura realidade enfrentada pelas massas populares latino-ameri-

canas, que tentam sobreviver diante do desemprego, da fome, da falta de moradia, falta de acesso à educação e à saúde, enfim, sem usufruir de quaisquer direitos básicos que a campanha eleitoral promete a cada pleito eleitoral.

A abstenção do voto não é uma falta de patriotismo ou mesmo fazer o jogo da direita, como ouvimos muito frequentemente no cotidiano aqui no Brasil, mas um posicionamento político de boa parcela do nosso povo diante do apodrecimento do Estado burguês aos nossos olhos.

Evidentemente, a mera abstenção em si, não faz com que a situação seja revolucionária. Mas é preciso que compreendamos tal fato com clareza e de forma materialista. A condenação de quem escolhe não votar em um ou outro, mesmo que algum dos candidatos se apresente com a solução de todos os males, não é nada além da manifestação do oportunismo característico daqueles que enxergam a política somente nas eleições, daqueles que resumem a luta ideológica pelo avanço da consciência das massas apenas a apertar botões em uma urna eletrônica de dois em dois anos.

A crescente negação da participação nas eleições longe de ser um obstáculo, é uma oportunidade de alimentar o descontentamento das massas com “democracias” como a brasileira, de ampliar a compreensão dos problemas fundamentais e de quem são os nossos inimigos e de apontar que o caminho para a superação desse Estado burguês apodrecido é a luta anti-imperialista e pelo socialismo. Que somente assim os povos latino-americanos poderão construir uma verdadeira democracia popular, com o poder nas mãos dos trabalhadores, garantindo todos os direitos que a “democracia” burguesa e seus votos nunca poderão oferecer.

O “Mariguella” de Wagner Moura

Antes de mais nada, é importante deixar claro que não se esperava algo política e ideologicamente mais avançado do diretor Wagner Moura, pois a sua visão de mundo liberal reflete em sua obra. Mas, para além disso, um filme sobre a vida e militância do grande revolucionário Carlos Marighella deveria ter sido melhor do que essa produção de forma e conteúdo no “modelo” Netflix.

O grande problema do filme está no esvaziamento da figura histórica de Marighella como militante marxista-leninista. Isto fica claro na cena em que Marighella é entrevistado por um padre francês que pergunta “Você é maoísta, trotskista ou leninista?”, e o protagonista responde: “Sou brasileiro”; ou seja, uma deturpação do traço e legado mais importante do honrado combatente. Existe uma tendência entre os círculos da esquerda brasileira de romantizar e fetichizar Marighella ao estilo Che Guevara, e o filme cumpre bem esse papel. Ambos se manifestam, ao estágio de consciência do atual campo democrático-popular, como símbolos revolucionários, mas não costumam ser entendidos como figuras à luz do materialismo histórico-dialético: militantes que acertaram, erraram e forneceram determinadas contribuições políticas, teóricas e ideológicas para o movimento comunista.

Na esteira do marxismo-leninismo, Marighella forneceu aportes imprescindíveis aos comunistas. Podemos destacar as suas posições sobre a questão agrária e a defesa da leitura marxista-leninista do Brasil, ou seja, a compreensão das relações de produção semifeudais; a sua crítica ao revisionismo – aqui temos como exemplo a cena do embate entre Marighella e o jornalista revisionista: a intenção do diretor foi boa, mas o diálogo deixa a desejar –; ao ecletismo; e, por último, mas não menos importante, o Mini-Manual do Guerrilheiro Urbano. A questão do campo e do Mini-Manual – obra lida por revolucionários do mundo inteiro – constam de forma muito breve e rasa no roteiro. Essas posições concretas de Marighella, em geral, não possuem destaque no filme, assim como nos documentários lançados em 2001 e 2012 – embora as obras de Silvio Tandler e Isa Grinspum Ferraz, respectivamente, se-

jam de maior valia do que a de Moura.

O filme ainda extrai o conteúdo histórico da Ação Libertadora Nacional (ALN), a qual é apresentada como um pequeno grupo de patriotas fervorosos, espontaneístas e concentrados na cidade de São Paulo. Ademais, empobrecem o desenvolvimento de suas noções táticas e estratégicas – em relação à essa questão, o filme “A Batalha de Argel”, de 1966, que trata da luta anticolonial do povo argelino, representa de forma brilhante um processo de lutas. Sintetizando, por mais que a ALN tivesse inúmeras insuficiências, não se tratava de uma organização agitada pela iniciativa heroica de militantes movidos pelas emoções como vemos no filme – em especial na segunda metade da película, quando a repressão começa a avançar contra os lutadores. O filme transmite uma visão “santificadora”, “messiânica” e acrítica da luta como símbolo de martírio e nobreza, ainda que fadada ao fracasso.

A produção de Wagner Moura e Fernando Meirelles passou por uma série de contratemplos que se estenderam por anos, mas isso não justifica os inúmeros problemas de roteiro, enredo e etc. Não existe uma contextualização dos fatos, nem tampouco clareza nas perspectivas. Só para citar um exemplo, em nenhum momento é explicado para o espectador o papel da Igreja na trama, sendo que estas cenas ocupam um lugar de destaque no filme – nesse sentido, o de compreender o papel da Igreja Católica no contexto da ditadura, recomenda-se o filme “Batismo de Sangue”, de 2006.

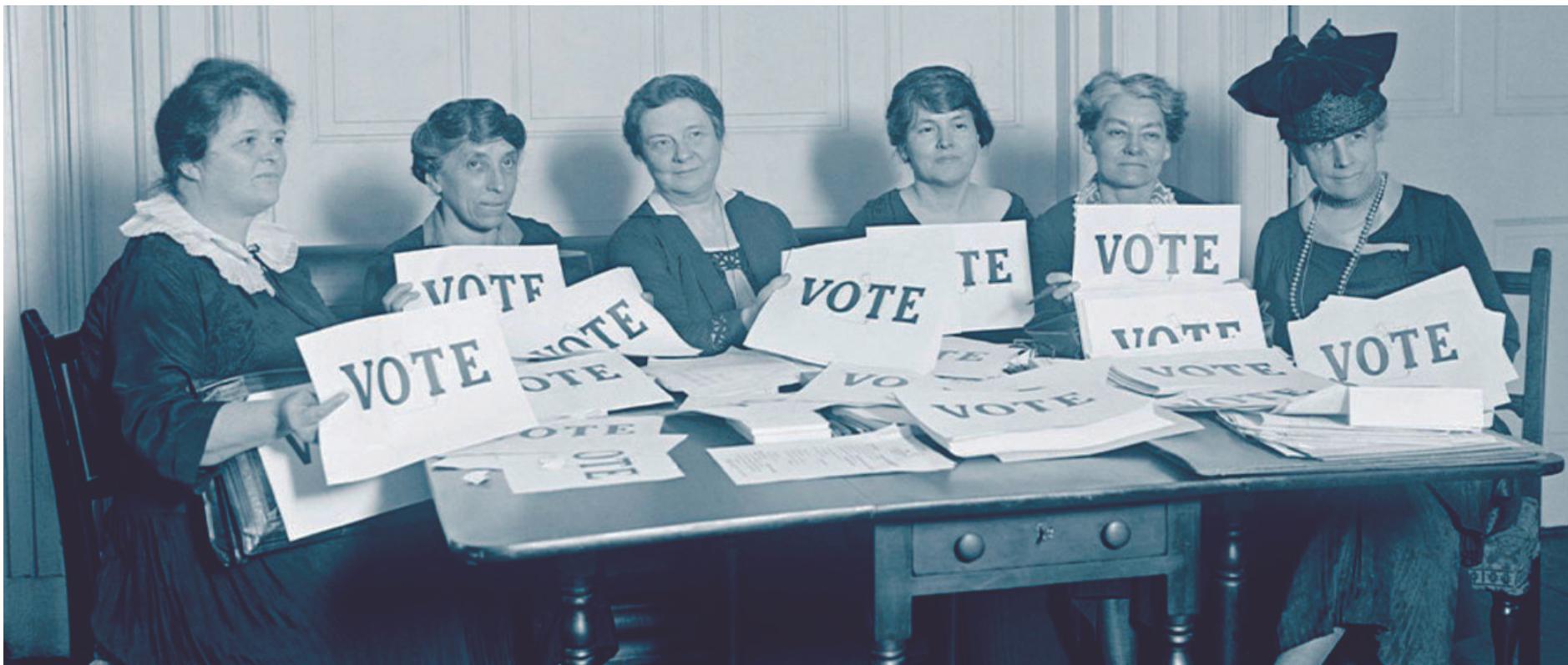
É evidente que o protagonista é Marighella, mas deveria haver um aprofundamento biográfico minimamente consistente dos personagens, levando-se em conta que o filme possui 155 minutos. Quem é o jovem delegado interpretado pelo ator Bruno Gagliasso? A besta-fera do DOPS Sérgio Paranhos Fleury? Nos pareceu mais uma síntese da repressão encarnada em um personagem fictício. Quem, dentre os militantes, é Carlos Eugenio Paz, de codinome Clemente, uma das lideranças da ALN? Por que a personagem da companheira de Marighella, a honrada militante Clara Charf, não foi desenvolvida no filme? Ali, a camarada parece mais com a moça do lar que se preocupa com o marido revolucionário que

corre perigo, o que não corresponde com a trajetória da militante. Um ponto positivo foi a escolha de Seu Jorge para o papel principal; por ser uma pessoa retinta, contribuiu para romper com a ideia de “mulato” que embranquece Marighella e afasta a identificação dele como um homem preto. O filme opta por mostrar a violência da tortura, mas afasta a identificação dos torturadores; apresenta cenas de ação, mas não desenvolve os personagens. Por que os produtores optaram por esse caminho? Essa supressão advém de posições descoladas da materialidade do que realmente foram esses acontecimentos e de quem foram essas figuras históricas; em outros termos, alivia onde deveria bater e torna superficial o que deveria aprofundar.

Construído no modelo hollywoodiano, ou melhor, dos streamings, “Marighella” se assemelha muito à série “Narcos”, pois reproduz essa montagem made in USA que contrapõe, no primeiro caso, Marighella x delegado do DOPS e, no segundo, agentes da DEA x Pablo Escobar. Afinal, é um modelo que vende – e Wagner Moura sabe muito bem disso.

Em resumo, dado a natureza da produção regada à ideologia burguesa, não era de se esperar algo além do modelo comentado acima. A película é fruto de seu momento histórico: o da ordem social burguesa vigente. Se trata de um filme estrangeiro, e não brasileiro; que dissemina a ideologia liberal, e não a proletária; imperialista, e não nacionalista. A película de 2021 ficou mais próxima da música “Um Comunista”, de Caetano Veloso, do que de “Mil Faces de um Homem Leal”, dos Racionais Mc’s. Na tentativa de mostrar o Marighella guerrilheiro e homem de família, o diretor não obtém êxito em nenhum dos dois casos. A vida e militância de Marighella merece muito mais do que esse retrato de semblante deprimente e derrotista – ou: ideologicamente atrasado. Marighella não era apenas uma espécie de herói combatente da ditadura pela democracia burguesa, pelo voto, como o filme apregoa, e sim um revolucionário marxista-leninista, que pensava a democracia popular, a soberania nacional e a ditadura do proletariado. O filme sobre o verdadeiro Marighella ainda não foi produzido.

A conquista do voto feminino no Brasil



O movimento sufragista feito por mulheres, em diversos países, reivindicando o direito ao voto, foi datado na Inglaterra no século XIX e alcançou o mundo no século XX. O direito ao voto contudo não significou o direito a eleger-se no mesmo período. No Brasil, as mulheres conquistaram o direito de votar em 24 de fevereiro de 1932, por meio do Decreto 21.076, durante o governo Getúlio Vargas, que instituiu o Código Eleitoral, criou também a Justiça Eleitoral e instituiu o voto secreto.

Em 1933, houve eleição para a Assembleia Constituinte, e as mulheres puderam votar e serem votadas pela primeira vez. A Constituinte elaborou uma nova Constituição, que entrou em vigor em 1934, consolidando o voto feminino que era facultativo e somente em 1965, tornou-se obrigatório. Uma conquista da época.

Por influência do movimento sufragista europeu várias mulheres lutaram pelo direito ao voto no Brasil, dentre as várias participantes se destacam: Nísia Floresta (1810-1885), Leonilda de Figueiredo Daltró (1859-1935) e Bertha Maria Júlia Lutz (1894-1976). O Estado pioneiro nesse sentido foi o Rio Grande do Norte, local que aprovou uma lei que garantia o direito de voto às mulheres: essa era a Lei Estadual 660, de 25 de outubro de 1927. Com a aprovação da lei no Rio Grande do Norte, a primeira mulher a exigir seu alistamento foi a professora Celina Guimarães, residente no município de Mossoró. Isso fez a Celina a primeira mulher a se alistar para o voto tanto no Brasil quanto na América Latina. Em 1928 com o apoio do governador Juvenal Lamartine a candidata Luiza Alzira Teixeira Soriano (1897 – 1963) com 60% dos votos foi a primeira mulher a ser eleita prefeita de um município na América Latina. Em São Paulo Carlota Pereira de Queiroz, em 1934 com 176 mil votos tornou-se a primeira mulher deputada federal do Brasil, eleita pelo voto popular.

Apesar desta conquista o voto era facultativo, restrito aos alfabetizados. No Brasil pós – escravidão, onde o direito à instrução pública não existia e a maioria da população trabalhadora era analfabeta o exercício ficou restrito a poucas mulheres, na sua maioria burguesas. Patrícia Galvão,

a “Pagu”, diante deste quadro faz a seguinte questão: “O voto para as mulheres está conseguido! É um triunfo! E as proletárias? Elas são analfabetas. Pagu se colocava como porta-voz das trabalhadoras denunciando a brutal exploração a que a classe trabalhadora, mas sobretudo as mulheres, estavam submetidas. A denúncia ao sistema capitalista e ao estado burguês, eram igualmente dirigidas as feministas liberais burguesas. Afinal, embora do mesmo gênero, há um abismo que separa as trabalhadoras das burguesas que as exploram.

Passados 90 anos da conquista do voto feminino, ainda é minoritária a participação política das mulheres. Cerca de 16% dos cargos políticos da última eleição e 12% das prefeituras são ocupadas por mulheres. Entre estas não se trata de mais mulheres no poder sem considerar quais os interesses de classe defendem essas mulheres.

De acordo com a Emenda Constitucional 117 (originária da PEC 18/21), os partidos políticos são obrigados a destinar no mínimo 30% dos recursos públicos para campanha eleitoral às candidaturas femininas. Mesmo o Supremo Tribunal Eleitoral tendo decidido desde 2018 que a distribuição do financiamento de campanhas eleitorais deveria ser proporcional aos candidatos de acordo com o gênero, respeitando o limite mínimo de 30% para mulheres.

Mesmo com 30% do fundo eleitoral para as mulheres candidatas é possível ver que isso não se reflete na prática.

As mulheres concorreram com menos recursos financeiros que os homens e é possível constatar que mesmo na propaganda eleitoral na TV temos no período da tarde as propagandas são femininas e a noite masculinas na sua maioria.

Nas últimas eleições, 22 partidos descumpriram as cotas e políticas de ações afirmativas e a anistia em relação a este descumprimento é uma constante em nosso país. Tivemos inclusive denúncias de candidaturas laranjas de mulheres que levaram a cassação de 17 vereadores em cidades do Rio de Janeiro, São Paulo e Minas Gerais, desde 2020, nos três maiores colégios eleitorais do país. Segundo reportagem de Luísa Marzullo, as punições ocorreram porque partidos inscreveram

representantes femininas para alcançar o índice de 30%, exigido em lei, mas as campanhas foram fictícias – como consequência, os votos na chapa foram invalidados. Foi identificado casos em que as postulantes sequer sabiam que estavam concorrendo ou se empenharam pela eleição de outros nomes, incluindo familiares.

As provas foram obtidas através de gravações onde a candidata confirma que emprestou o nome apenas para preencher a cota, sem interesse de concorrer. Outra candidata participou de um churrasco, assinou uma lista de presenças e sua candidatura foi lançada sem o seu consentimento. Um homem foi lançado candidato no gênero feminino, em uma ação “acidental”. Outras candidatas disseram que assinaram papéis sem ler por “confiarem no partido”. Temos também Campanha em família, filhas que se candidataram, emprestaram seu nome, mas fizeram campanha para o pai e outras que mesmo sendo candidatas fizeram campanhas pelo whatsapp para homens.

Lenin, em sua obra Estado e Revolução, faz um resgate de Engels a respeito do sufrágio universal na democracia burguesa. O sufrágio universal é um instrumento de dominação da burguesia que faz o povo partilhar da falsa ideia que no estado atual seria capaz de manifestar e impor a vontade da maioria dos trabalhadores.

A emancipação das mulheres não se deu com o direito ao voto e não se dará só pela luta por mais direitos que, embora sejam fundamentais, na prática são exercidos por poucas mulheres e sujeitos a retrocessos como vemos atualmente. A emancipação das mulheres, de forma plena e perene está profundamente ligada ao destino da classe trabalhadora. E somos metade dessa classe.

Como apontou a histórica dirigente comunista alemã Clara Zetkin, “as reformas a favor do sexo feminino e a favor da classe trabalhadora são para estas apenas um meio para um fim, enquanto para as mulheres burguesas as reformas do primeiro tipo são o objetivo final. O feminismo burguês nada mais é do que um movimento de reforma, enquanto o movimento de mulheres proletárias é e deve ser revolucionário”.

Carta Final da Campanha Brasil: pela Segunda e Definitiva Independência

“Não, não somos independentes. Sempre fomos um país subjugado por interesses estrangeiros como via de regra ocorreu na América Latina. (...)

Não poderíamos ser independentes pois, em um mundo em que a economia joga papel determinante, nos-sa independência de 1822, nos deixou como herança, essa sim maldita, nada menos do que a famigerada dívida externa, hoje transformada em dívida pública interna, que daquele instante até hoje, é um dos mecanismos com os quais os países dominantes sugam parcela significativa de nossas riquezas”.

Há pouco mais de 3 anos, por iniciativa da Célula Comunista de Trabalhadores (CCT), União Reconstrução Comunista (URC) e outros agrupamentos, era criada a campanha Brasil: pela Segunda e Definitiva Independência. O objetivo era partir do mote dos 200 anos da declaração da independência do nosso país para denunciar o que óbvio: o Brasil é um país dominado pelo imperialismo que nunca pode ser independente de fato.

Na ocasião do lançamento da campanha já denunciávamos um cenário que se agudizou em 2022: o rebaixamento programático da chamada “esquerda” da ordem, levada pelo seu oportunismo e reformismo se resumiu a uma oposição passiva ao governo atual, esperando a salvação das eleições e ignorando a urgência da questão nacional e da luta anti-imperialista na conjuntura de mais uma crise do capitalismo mundial, ignorando qualquer possibilidade de levar a cabo uma luta patriótica em defesa do Brasil diante da pilhagem estrangeira; do outro, o governo de Bolsonaro, bancado pelos militares formados nas escolas ianques, aprofundou seu caráter antinacional e fantoche, avançando a etapa final o processo, há tempo em andamento, de entrega da nossa soberania e das nossas riquezas às mãos estrangeiras. Diante disso, o trabalho da campanha nestes anos de resgatar a necessidade da luta patriótica e anti-imperialista se mostrou acertada, uma vez que a esquerda entregou os símbolos nacionais ao reacionarismo sem resistência e se negou a pautar a luta de libertação nacional contra o imperialismo ianque, enquanto o bolsonarismo se aproveitou da sua demagogia verde e amarela para usar o 7 de setembro para seus interesses eleitorais.

A campanha Brasil: pela Segunda e Definitiva Independência se encerra com a data dos 200 anos, mas não as tarefas que se impõem a partir disso.

A diária e evidente putrefação do velho Estado burguês-latifundiário brasileiro e a crise geral que abate o nosso país e condena os brasileiros e brasileiras a uma vida miserável e sem quaisquer perspectivas, entregues a todo tipo de sofrimentos, reafirma a tarefa fundamental para os verdadeiros patriotas e revolucionários de

compreender concretamente as verdadeiras causas da condição de país dominado do Brasil, de se livrar de ilusões de um ou outro salvador e de reconhecer quem são os nossos verdadeiros inimigos.

Vivemos mais um momento crítico da história do Brasil, mas não diferente do que se passa nesses mais de 500 anos desde a chegada dos colonizadores. Mudam-se os protagonistas da opressão nacional, mas seguimos como um povo privado de sua soberania e superexplorados para garantir os lucros alheios.

A fome, a miséria, o desemprego, o assassinato de indígenas e camponeses, o racismo, a violência contra a mulher, a falta de educação, o pouco acesso a saúde, enfim, os inúmeros problemas que afetam os nossos irmãos e irmãs não são frutos de uma má administração ou acaso, faz parte do funcionamento da dominação imperialista, que necessita condenar centenas de milhares de pessoas a uma vida indigna e miserável para que poucos sigam garantindo seus interesses.

Por isso é necessário seguir a luta, denunciar que sempre estivemos submetidos aos interesses estrangeiros, seja por meios econômicos, políticos, culturais ou ideológicos, e que as classes dominantes – o latifúndio e a burguesia burocrática-compradora – são meros fantoches do imperialismo estadunidense, que oprimem nosso povo em troca de migalhas do amodo Norte. Assim, o chamado Estado democrático de Direito brasileiro, nascido a partir da concessão dos militares e das classes dominantes na década de 80, não nasceu para garantir os interesses dos trabalhadores do nosso país, mas para garantir que se mudasse, para tudo seguir como estava.

As razões que fomentaram a criação da campanha Brasil: pela Segunda e Definitiva Independência seguem vigentes e por isso as organizações e os militantes que construíram o trabalho da campanha seguirão lutando em outras frentes, mas com a bandeira da luta de libertação nacional do Brasil no alto, para que sigamos fomentando a luta anti-imperialista e demonstrando as massas brasileiras que somente o socialismo poderá garantir um programa para um Brasil independente, soberano e digno.



O PROGRAMA PARA UM BRASIL INDEPENDENTE, SOBERANO E DIGNO

Um Brasil independente, soberano e digno, deve ser um país onde haja:

1) Trabalho decente para todos os brasileiros em condições de trabalhar e assistência para aqueles que não o possam. Criação de uma indústria nacional para o desenvolvimento da economia brasileira e nacionalização de todos os setores estratégicos.

2) Educação pública em todos os níveis, oferecida por um sistema único, que produza conhecimento direcionado aos interesses do país. Contra o avanço das multinacionais monopolistas do setor.

3) Saúde pública, com um SUS que seja de fato único, público e decente.

4) Acesso aos bens culturais: cinema, teatro, etc., para todos com o desenvolvimento de uma cultura genuína nacional.

5) Combate à discriminação e aos preconceitos de toda ordem. Garantir os direitos das mulheres, negros, LGBT e demais camadas historicamente discriminadas em nosso país.

6) Reforma Agrária para o camponato pobre e médio. Contra o latifúndio e defesa dos direitos dos quilombolas e indígenas.

7) Reforma Urbana: Moradia digna, acesso ao lazer e a prática esportiva para todos.